

DIMENSÕES DA MODERNIDADE*

ANTHONY GIDDENS**

As questões que me proponho tratar nesta conferência, e com as quais tenho lidado durante os últimos quatro ou cinco anos, tiveram origem na crítica do materialismo histórico e, em geral, na crítica das teorias evolucionistas nas Ciências Sociais.

Em termos muito sintéticos, cheguei à conclusão de que, nas Ciências Sociais, as teorias evolucionistas não têm pertinência, que não há qualquer possibilidade de defender uma abordagem evolucionista do desenvolvimento das sociedades modernas. Concluí também que o materialismo histórico, pelo menos como é habitualmente entendido, isto é, como uma teoria da história, segundo a qual as forças de produção, em conjunto com as relações de produção são, de alguma forma, os factores que governam os principais processos de mudança social, não constitui, igualmente, uma abordagem correcta da história humana e da mudança social. Estas duas perspectivas globalizantes da ciência social necessitam, em minha opinião, de ser radicalmente modificadas ou abandonadas.

Uma interpretação descontinuista da história moderna

Como alternativa ao pensamento evolucionista e a algumas versões do materialismo histórico, quero propor-vos uma interpretação descontinuista da história moderna. Com esta designação não pretendo referir-me, simplesmente, à velha ideia marxista de que a história avança através de transformações revolucionárias sucessivas, mas sim a uma abordagem da história moderna sustentando que os dois ou três últimos séculos são tão diferentes da história humana anterior que nos devemos concentrar sobre a natureza dessas diferenças. Por uma teoria descontinuista da história moderna entendo o salientar que as mudanças ocorridas num período de duzentos ou trezentos anos são provavelmente tão amplas quanto as mudanças ocorridas durante os vários milhares de anos anteriores.

* Transcrição de uma conferência proferida no CIES/ISCTE, em 28 de Novembro de 1987. Tradução e subtítulos de Rui Pena Pires.

** King's College, Universidade de Cambridge.

A era da modernidade é tão diferente das eras anteriores que deverá ser abandonada qualquer abordagem considerando a sociedade ocidental, industrial ou capitalista, consoante a terminologia com que se opere, como o topo de um processo evolutivo — independentemente do esquema evolutivo que se tenha em mente. Em sua substituição devemos defender uma abordagem das origens e consequências da modernidade que, embora aceitando obviamente a existência de continuidades entre a era moderna e as eras precedentes, permita salientar quão radicais são as discontinuidades que nos separam das épocas anteriores. É neste contexto que localizo a Sociologia. A Sociologia é, em meu entender, o discurso da modernidade, o discurso da interpretação reflexiva de nós próprios emergente do cisma radical que separou as nossas vidas da vida das gerações anteriores.

Esta discontinuidade é intensiva e extensiva. É intensiva porque a natureza da nossa vida do dia-a-dia é profundamente diferente da vida do dia-a-dia da maioria das pessoas na história humana anterior. É extensiva devido ao facto de sermos os primeiros seres humanos que vivem numa sociedade global, na qual existe um conjunto de interconexões articulando as íntimas texturas da vida do dia-a-dia com transformações operando a uma escala verdadeiramente mundial.

São estes os motivos porque situo as minhas posições numa perspectiva distinta quer da teoria evolucionista, em geral, quer de muitas das versões do materialismo histórico, em particular.

O Estado-nação e a violência na teoria social

No contexto desta crítica geral do pensamento evolucionista e do materialismo histórico, concluí também que naquelas perspectivas são inadequadamente analisadas, ou foram mesmo completamente negligenciadas, características fundamentais tanto do mundo tradicional como do mundo moderno. Nomeadamente, há duas características centrais da modernidade cuja análise foi, em minha opinião, negligenciada não só pelo marxismo como também por grande parte da Sociologia e da Antropologia ortodoxa.

Uma dessas características é o desenvolvimento do Estado-nação e do sistema de Estados-nação. Os sociólogos definem habitualmente como seu objecto o que designam por sociedade ou, no marxismo, por formação social. Que é porém uma sociedade, ou uma formação social, no mundo moderno? Quando um sociólogo fala de uma sociedade pretende, normalmente, referir-se a um Estado-nação, a uma organização governamental, detendo o monopólio do poder político e militar dentro de um território determinado. Embora os sociólogos definam como seu objecto o estudo das sociedades, ou das formações sociais, não há qualquer teoria do Estado-nação nas tradições ortodoxas da Sociologia, não há qualquer teoria desenvolvida da territorialidade, do poder militar ou do sistema de relações entre Estados-nação enquanto características distintivas dos últimos duzentos ou

trezentos anos. Tal é manifestamente inadequado, pois constitui debilidade central da Sociologia, que o seu próprio objecto, as sociedades humanas, permaneça por teorizar, pelo menos em termos da sua territorialidade. A minha primeira conclusão desta análise foi, portanto, que o Estado-nação deverá constituir um domínio fundamental da teorização sociológica e que o sistema de Estados-nação deve ser considerado não como um conjunto de fronteiras externas às sociedades que os sociólogos estudam mas como estando nelas constitutivamente implicado.

Em segundo lugar, cheguei à conclusão que observações semelhantes são igualmente pertinentes a propósito do poder militar e da violência. Tal como a análise do Estado-nação e do sistema de Estados-nação, também o estudo do poder militar, do papel que a guerra desempenhou na história durante os séculos XIX e XX, do impacte da violência militar sobre a mudança social do século XX, não figurou como central no discurso da ciência social ortodoxa. A Sociologia parece ter-se desenvolvido ancorada no pano de fundo do pensamento social do século XIX, em particular na ideia de que viveríamos num mundo no qual a expansão das relações económicas de troca acabaria por, no essencial, conduzir à formação de uma comunidade pacífica de produtores associados.

É característico da Sociologia e da Antropologia considerar que o mundo se está a tornar globalizado, mas globalizado através da interdependência económica. Mesmo em Max Weber, que mais do que outro sociólogo clássico estava consciente do significado da guerra e do poder militar, não há o que verdadeiramente se poderia esperar encontrar, ou seja, uma discussão do impacte do poder militar sobre a moderna mudança social, uma discussão do que o historiador McNeill correctamente chamou de industrialização da guerra enquanto componente-chave do processo de industrialização em geral. A ligação entre a produção industrial e os meios de fazer a guerra, os meios de violência, é no entanto tão distintiva e característica do período moderno como a expansão do industrialismo e do capitalismo sobre a qual os sociólogos têm concentrado a sua atenção.

Há pois dois espaços em branco no discurso sociológico ortodoxo, marxista ou não marxista, resultantes da ausência de uma teorização do Estado-nação enquanto formação política com uma base territorial e de uma teorização da guerra e da violência enquanto traços fundamentais da nossa era e dos processos de mudança social no mundo moderno. Por outro lado, gostaria ainda de argumentar que as teorias sociológicas ortodoxas da modernidade são unidimensionais. Isto é, marxistas e não marxistas, em parte pelas razões já invocadas, concentraram-se em certas dimensões da mudança no mundo moderno com a consequente exclusão de outras. Uma vez que tenhamos reconhecido que a modernidade é um conjunto multidimensional, que são múltiplas as dimensões essenciais da modernidade, poderemos começar a repensar a teoria social e a teoria política nos finais do século XX. É meu objectivo argumentar não só que há várias dimensões fundamentais da modernidade, mas também que essas dimensões

têm uma independência analítica. Reconhecer essa independência analítica possibilita-nos uma conceptualização mais poderosa para a interpretação da natureza descontinuista da história moderna que a dos quadros tradicionais que nos foram facultados quer pela sociologia marxista, quer por perspectivas não marxistas sobre a moderna mudança social.

Sociedade capitalista «versus» sociedade industrial

O pensamento sociológico ortodoxo esteve concentrado num debate primordial respeitante às origens e natureza da modernidade, debate que, sendo tradicional, prossegue ainda nos tempos modernos entre as teorias da sociedade capitalista, por um lado, e as teorias da sociedade industrial, por outro.

Os autores marxistas consideram que a força dinâmica fundamental que tem vindo a moldar o mundo moderno, a produzir a modernidade, é o capitalismo. O capitalismo, como aqueles influenciados pelos escritos de Marx correctamente defendem, é um sistema de produção baseado em relações de classe, no qual a propriedade privada do capital está indissociavelmente ligada à mercantilização da força de trabalho e onde há, por conseguinte, uma luta de classes endémica, é um sistema que contém mecanismos conducentes ao seu desenvolvimento mundial com base nas tendências dinâmicas para a expansão da produção capitalista. Para o pensamento marxista, como para muitos que não se considerando marxistas se suportam em contributos marxistas, o capitalismo e as dinâmicas do capitalismo, a propriedade privada do capital, a mercantilização da força de trabalho, constituem os principais impulsos dinâmicos em relação aos quais muitas das restantes mudanças fundamentais do mundo moderno podem ser referenciadas.

Nesta perspectiva, o industrialismo, pelo qual entendo a produção com base em máquinas envolvendo o uso de energia inanimada, a transformação do ambiente natural através do uso de tecnologia industrial, os modernos métodos de produção material, o industrialismo, dizia, é secundário em relação ao capitalismo. O próprio Marx colocou esta questão de forma muito clara. Para Marx, a produção industrial tinha origem em pressões económicas, era gerada pela natureza expansiva da produção capitalista. A produção industrial seria portanto, se não um epifenómeno, pelo menos secundária, visto constituir uma derivação da natureza expansiva dos mecanismos da produção capitalista.

A posição de muitos sociólogos ortodoxos não marxistas assumiu o que parece ser uma visão oposta. Nos escritos da Sociologia ortodoxa é o industrialismo e não o capitalismo que tem transformado o mundo moderno, é o industrialismo e não o capitalismo que constitui a base das sociedades ocidentais em que vivemos. Para esses escritores, entre os quais estão incluídos autores como C. Kerr, R. Aron, R. Dahrendorf ou, mais recente-

mente, J. Goldthorpe, na Grã-Bretanha, as sociedades modernas são, fundamentalmente, sociedades industriais.

Enquanto que para Marx o industrialismo era um subtipo do capitalismo, para estes sociólogos não marxistas o capitalismo é um subtipo do industrialismo. Dahrendorf clarificou esta posição nos seus escritos dos anos 50, em particular no célebre livro *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Defende Dahrendorf que o capitalismo foi um período particular na evolução da sociedade moderna, proeminente no século XIX, quando os empresários eram de tipo individual, quando a luta de classes era aberta, quando não existia negociação económica institucionalizada no mundo industrial. Este foi um período de dominância do capitalismo, mas Marx teria erradamente assumido que o capitalismo constituía a força dinâmica da nossa época. No entanto, Marx e todos os que o seguiram estariam errados, pois, segundo Dahrendorf, o capitalismo não foi senão uma fase na expansão do moderno industrialismo, dado que os principais mecanismos da produção industrial no século XIX teriam já praticamente desaparecido. O industrialismo seria pois a força decisiva da modernidade uma vez que a sociedade industrial constitui um fenómeno de muito maior duração que o capitalismo. Para Dahrendorf, como para Kerr, a centralidade do industrialismo na era moderna seria visível no facto de a União Soviética e os EUA terem muito de comum no que se refere aos fundamentos das suas formas de produção, pois ambas são sociedades industriais, em ambas as pessoas vivem sob circunstâncias do mesmo tipo e trabalham de forma semelhante. Deveríamos pois localizar a dinâmica da modernidade no industrialismo. Posição idêntica é sustentada pelas teorias do pós-industrialismo. A abordagem da sociedade pós-industrial por D. Bell segue, de facto, a mesma lógica. O pós-industrialismo é suposto ser um sistema para lá do industrialismo, mas a noção de sociedade pós-industrial dá continuidade ao determinismo tecnológico subjacente à teoria da sociedade industrial.

Em minha opinião, ambos os oponentes neste debate estão equivocados. O industrialismo não é um fenómeno secundário em relação ao capitalismo, nem o capitalismo é um fenómeno secundário em relação ao industrialismo. Em lugar de se considerar capitalismo e industrialismo como alternativas, deveríamos antes reconhecer que estas são duas dimensões analiticamente independentes da modernidade, que capitalismo e industrialismo são duas dimensões que moldaram a emergência do mundo moderno. No século XIX tal não era muito claro, em parte devido ao fenómeno analisado por Marx, ou seja, devido ao facto de a produção industrial ter sido estimulada pela expansão da empresa capitalista. Nos finais do século XX é no entanto possível verificar que as dinâmicas da produção capitalista, enquanto modelo de organização económica da actividade produtiva, são, pelo menos em parte, separáveis das do industrialismo. Assim, a minha primeira tese é que estas duas dimensões da modernidade, capitalismo e industrialismo, são analiticamente independentes.

Concluir o debate com estas considerações seria contudo permanecer ainda no âmbito do discurso sociológico ortodoxo que procurei criticar de início. Ou seja, seria manter ainda aqueles parâmetros do discurso que, identificando a sociedade moderna como industrial ou capitalista, delimitam a transformação económica como a chave das mudanças que conduziriam à modernidade. Em minha opinião esta posição é também incorrecta. É errado subsumir o capitalismo no industrialismo mas é também errado supor que estas são as únicas dimensões-chave da modernidade, as únicas dimensões que deram forma ao mundo moderno. Há duas outras dimensões que existem numa relação complexa com estas duas primeiras, existem, a meu ver, quatro dimensões institucionais da modernidade analiticamente independentes (ver fig. 1).

FIGURA 1



Poder militar e vigilância

Se considerarmos, em primeiro lugar, a dimensão do poder militar, facilmente se verificará que, embora o controlo dos meios de violência esteja relacionado tanto com o industrialismo como com o capitalismo, não é redutível a estas dimensões. No mundo moderno, um país com uma economia desenvolvida complexa é mais capaz de desenvolver a sua força militar, havendo pois uma relação entre prosperidade económica e poder militar. Mas esta relação não é directa, da mesma forma que o sucesso na guerra não é um resultado directo da prosperidade económica, independentemente dos critérios de desenvolvimento económico que utilizarmos. Consideremos, por exemplo, os países do Terceiro Mundo na era moderna, os

quais, por definição, se caracterizam por um baixo nível de desenvolvimento da sua infraestrutura económica. Contudo, no que respeita ao poder militar a maioria das sociedades do Terceiro Mundo são sociedades do Primeiro Mundo visto ter sido possível construírem a sua força militar com base na importação de armamento e de métodos de treino dos países ocidentais. O controlo dos meios de violência não é, pois, simplesmente, um epifenómeno do industrialismo ou do capitalismo. A guerra não é simplesmente uma expressão directa da expansão do capitalismo ou do industrialismo, é uma dimensão parcialmente independente da história do século XX cujo impacte tem de ser analisado sociologicamente e cujas consequências devem ser pensadas politicamente.

O mesmo se passa, como gostaria de argumentar, no que repete à quarta dimensão contida no diagrama da fig. 1 — a vigilância. Julgo que, como Foucault o demonstrou, a Sociologia, na sua vertente tradicional, concentrou-se demasiado sobre a questão do controlo dos recursos materiais enquanto mecanismos da dominação. Tanto para os sociólogos marxistas como para os não marxistas o controlo da propriedade e o controlo dos meios de produção são supostos ser os eixos do poder. Contudo, na produção dos sistemas de dominação o controlo da informação é, pelo menos, tão importante como o controlo dos meios de produção e analiticamente separável do controlo dos recursos materiais.

No mundo moderno, a vigilância integra, em minha opinião, duas componentes já referidas por Foucault, embora este não as tenha claramente distinguido. Uma primeira componente é a produção de informação, de informação codificada, possibilitando a coordenação no tempo e no espaço, das actividades dos actores. Uma segunda componente é a supervisão directa das actividades dos actores em situações de concentração do poder. Esta segunda componente parece-me ter sido particularmente enfatizada por Foucault na sua discussão sobre as prisões, escolas e empresas, locais onde tempo e espaço estão directamente implicados na supervisão directa da actividade de alguns actores por outros. Ambos os aspectos da vigilância são, no entanto, mecanismos-chave na produção do poder.

Esta não é, evidentemente, uma dimensão específica da modernidade. Como já referi noutras ocasiões, a origem dos Estados tradicionais, dos Estados agrários, está associada à escrita. Nos Estados tradicionais a escrita não era simplesmente um meio para contar histórias ou para descrever o mundo. A escrita era, acima de tudo, um instrumento de armazenagem da informação que permitia gerar poder administrativo. Se tal era verdadeiro nos Estados tradicionais, muito mais verdadeiro o é no período da modernidade. Nas sociedades modernas o início da acumulação das estatísticas, o início do próprio estudo sociológico e da expansão das Ciências Sociais em geral, constitui parte integrante da diversificação do controlo da informação e do poder administrativo. Este processo conheceu uma aceleração tremenda devido em grande parte ao impacte na cultura moderna dos *media* impressos e, posteriormente, os *media* electrónicos. O papel dos meios de

comunicação enquanto instrumentos facultando a expansão do poder administrativo é uma outra característica-chave da cultura moderna que não me parece ter sido suficientemente analisada pelos sociólogos. Só em anos mais recentes começou esta questão a ser objecto de estudo por parte de sociólogos operando no âmago da disciplina.

Todos estes factores de expansão da vigilância nas sociedades modernas, de expansão da capacidade de vigilância dos Estados modernos, são cruciais para explicar porque os Estados-nação são o que são. Uma das razões fundamentais porque os Estados-nação são muito diferentes dos Estados tradicionais, prende-se com o facto de a sua capacidade de vigilância ser muito mais vasta e intensa do que alguma vez foi possível nos estados tradicionais, cuja organização tinha um carácter bem mais segmentado. Os Estados-nação são, em minha opinião, os primeiros Estados na história da humanidade que monopolizam efectivamente o controlo da administração no interior de fronteiras delimitadas, e também os primeiros Estados que monopolizam efectivamente o controlo da violência militar. Neste sentido há ligações directas, julgo, entre estas duas dimensões e a análise do Estado-nação enquanto categoria que está latente no conceito sociológico de sociedade no mundo moderno.

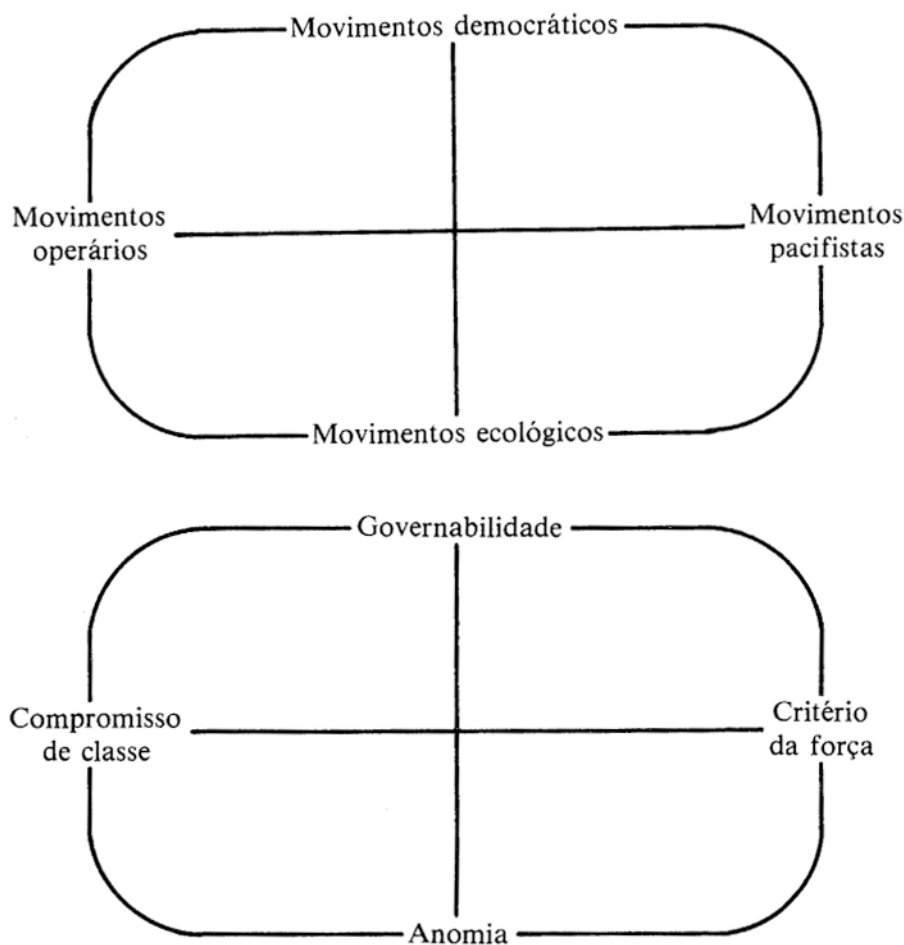
Em suma, entendo que há quatro dimensões da modernidade que estiveram interrelacionadas de modo complexo no desenvolvimento da sociedade moderna durante os dois últimos séculos, dimensões que é essencial considerar como analiticamente independentes se, enquanto sociólogos, pretendemos discernir o sentido das transformações ocorridas nos últimos séculos.

Movimentos sociais e modernidade

Vejamos agora as relações entre o diagrama da fig. 1 e os dois diagramas da fig. 2. É conveniente olhar para estes três diagramas como sobrepostos. Em cada um deles são destacadas quatro dimensões distintas mas interrelacionadas: as características gerais da modernidade (fig. 1), bem como os principais tipos de movimentos sociais específicos da sociedade moderna e os mais importantes focos de tensão e crise inscritos nos quadros institucionais do poder social e político no moderno mundo social (fig. 2).

Ao salientar a existência de quatro movimentos sociais fundamentais no mundo moderno, não pretendo negar que a sociedade capitalista conserva um carácter classista e que o movimento operário retém, por isso, uma importância focal na era da modernidade. Isso não significa porém que o movimento operário seja de alguma forma o eixo de todos os outros movimentos operando nas sociedades modernas, no que concerne à contestação dos principais sistemas de poder. Os movimentos ecológicos, por exemplo, são uma resposta aos efeitos dramáticos do impacto do industrialismo sobre o ambiente e não simples epifenómenos do movimento operário.

FIGURA 2



rio. Os movimentos operários, por seu lado, são uma resposta ao carácter classista do capitalismo. O mesmo se passa, penso, com os dois outros tipos de movimentos sociais que identifiquei no diagrama.

Por movimentos democráticos entendo os movimentos implicados na obtenção dos direitos civis e da participação democrática nos sistemas sociais modernos. Uma vez mais, muitos autores marxistas, e também não marxistas, consideraram estes movimentos como emanações dos movimentos operários. Há uma razão histórica para esta posição que deriva do facto de os movimentos operários, os sindicatos, terem frequentemente liderado processos de luta pelos direitos civis e pela expansão da participação política. No mundo moderno, porém, estes movimentos tendem cada vez mais a separar-se, por muito fortes que possam ser as ligações entre eles.

Os movimentos de mulheres, naqueles períodos da sua existência em que lutaram fundamentalmente pela participação democrática, pelo sufrágio universal, pela expansão da participação das mulheres na moderna vida económica e política, devem ser primordialmente localizados neste eixo das quatro dimensões referidas. Estes movimentos não podem igualmente ser subsumidos nas tradicionais lutas operárias, tal como o feminismo não pode ser subsumido no marxismo apesar das relações interessantes que possam eventualmente existir entre ambos.

O mesmo se passa com a quarta dimensão referenciada, os movimentos pacifistas. Estes movimentos conheceram um importante impulso com o impacto do industrialismo sobre a guerra no século XIX. Penso no entanto que o impacto dos movimentos pacifistas não pode também ser subsumido nas dimensões do capitalismo ou industrialismo. Os ideais de renúncia à violência enquanto modo de regulação dos assuntos humanos são, provavelmente, tão antigos como os exércitos permanentes, antecedendo em vários milhares de anos a época moderna. Numa era nuclear, porém, os movimentos pacifistas têm objectivos mais prementes que os prosseguidos no passado por movimentos semelhantes, apresentando por isso uma forte e específica componente «táctica» até então pouco desenvolvida.

Entre estes quatro movimentos há não só independência mas também relações, há conflitos entre objectivos bem como confluências diversas. Por exemplo, dados os efeitos da industrialização da guerra e as íntimas relações entre a tecnologia da energia nuclear e a tecnologia do armamento nuclear, não constitui surpresa a sobreposição entre movimentos ecológicos e pacifistas, no que concerne tanto aos objectivos prosseguidos como aos participantes envolvidos. Inversamente, o movimento operário, ao procurar melhorar as condições de vida dos trabalhadores, em certos sectores da indústria, pode ser conduzido a apoiar políticas adversas ao que outros entenderão como necessário para proteger o ambiente natural. Da mesma forma, só poderão ser realizados certos propósitos ecologistas se forem inflectidos ou bloqueados interesses centrais do movimento operário. Por outro lado, os movimentos ecológicos tendem a desenvolver uma «contracultura», no sentido em que questionam algumas das principais bases organizativas e tecnológicas da sociedade moderna. Uma tal orientação pode, em certas circunstâncias, colocá-los contra os movimentos democráticos, sempre que estes últimos estiverem envolvidos na expansão de procedimentos organizativos da participação no sistema político. Há portanto tensões, confluências e conflitos entre os diferentes tipos de movimentos sociais o que, em minha opinião, radica no facto de estes estarem incorporados em dimensões parcialmente diferentes dos factores estruturantes que criaram a modernidade.

Principais focos de tensão na sociedade moderna

Questões semelhantes colocam-se ainda na análise dos principais focos de tensão e crise inscritos nos quadros institucionais da modernidade.

Julgo ser correcto afirmar que nas sociedades modernas, nas sociedades ocidentais, existe hoje um compromisso de classe no que respeita à forma da sua organização económica. Isto é, vivemos num sistema de capitalismo de bem-estar no qual houve uma aceitação do direito dos trabalhadores desenvolverem as suas reivindicações económicas e, simultaneamente, uma aceitação por parte dos trabalhadores da legitimidade do Estado democrático ancorado na competição das organizações partidárias. No entanto, visto que as sociedades capitalistas são sociedades de classes, as tensões entre classes permanecem potencialmente disruptivas para o conjunto do sistema social.

As tensões existentes nas sociedades modernas não se esgotam porém com as questões relativas ao compromisso de classe. Certamente não fica assim esgotada a questão que designei por anomia (mas para a qual poderíamos escolher um termo melhor), a qual diz respeito à nossa relação com o mundo material, ao problema do despojamento do «significado moral» da vida num mundo que se apresenta como desprovido de segurança existencial. Este tipo de problemas não pode ser subsumido nas questões respeitantes à caracterização do Estado moderno em termos de compromisso de classe. Não faz qualquer sentido pensar que se trata simplesmente de dois aspectos de uma mesma questão.

O mesmo se pode dizer a propósito do problema da governabilidade. Por governabilidade, na sociedade moderna, entendeu o grau de manutenção de condições estáveis de domínio pelas autoridades estatais. Governar não significa simplesmente «ter poder», mas antes ser capaz de mobilizar recursos por via do exercício de uma influência sistemática sobre extensas áreas da vida da população dominada. Na sociedade moderna a governabilidade depende primordialmente do grau de «integração organizativa» alcançado. Os problemas da governabilidade não podem também, insisto, ser subsumidos nos problemas relativos ao carácter classista dos Estados ocidentais. Claro que o carácter de classe dos Estados ocidentais afecta a sua governabilidade, mas a governabilidade também depende das relações do Estado com os meios de informação que são as bases do sistema de autoridade. Os problemas da governabilidade devem pois ser analisados, até certo grau, independentemente das dinâmicas de classe do moderno capitalismo de bem-estar.

Por fim, todos estes problemas devem ser separados daqueles que têm a ver com o critério da força nas sociedades modernas. O problema do critério da força refere-se ao alcance do papel directo dos corpos policiais e militares na contenção da dissidência. Nos regimes totalitários o critério da força está intimamente relacionado com o controlo da informação. Mas esta relação é variável. São conhecidos Estados nos quais os militares têm

um poder considerável e onde a actividade policial é bastante brutal. Estes estados não são no entanto, necessariamente, Estados fortes no que respeita ao controlo dos mecanismos de informação. Por outro lado, há ainda Estados que quanto ao controlo da informação apresentam semelhanças com os Estados totalitários, mas onde o emprego de meios de força contra os seus cidadãos, com vista a sancionar o controlo governamental, é menos severo que naqueles. Esta é, pois, mais uma dimensão autónoma da organização sociopolítica que não pode ser subsumida noutras dimensões.

Ao defender a existência de quatro dimensões da modernidade, produzindo problemas e tensões que se sobrepõem, não pretendo alegar, obviamente, que não é possível encontrar situações em que é essencial relacionar essas dimensões entre si. Pelo contrário, normalmente é essencial relacioná-las umas com as outras. Mas será fútil supor que existe uma dimensão central que está, de alguma forma, subjacente a todas as outras. É por exemplo fútil supor que o capitalismo é a dimensão que constitui a chave-mestre para todas as outras quando se analisa por que é que modernidade é o que é, ou por que é que as suas consequências foram o que foram. Penso que a modernidade deve ser entendida como um fenómeno bem mais complexo do que é habitualmente considerado pela Sociologia ortodoxa.

A necessidade de uma teoria política normativa da violência

A redução da modernidade às dimensões do industrialismo ou do capitalismo, nas análises sociológicas tradicionais, tem implicações políticas e sociológicas. Em minha opinião, as implicações políticas são particularmente críticas quando se consideram as questões relativas ao poder militar, ao critério da força e aos movimentos pacifistas.

Vivemos num mundo em que a industrialização da guerra se tornou um fenómeno temível, evidenciado pela militarização do mundo e, em particular, pela expansão do armamento nuclear. Vivemos num mundo sem precedente no que respeita ao impacte sobre todos nós da expansão da industrialização da guerra. Somos a primeira geração cujas vidas podem terminar com o fim da vida da própria humanidade. Nenhuma outra geração teve de viver com este fenómeno, nenhuma outra geração teve de se confrontar com a possibilidade da destruição global.

Não podemos enfrentar esta questão com base nas dimensões que, como sugeri, caracterizam o discurso sociológico tradicional. O mesmo é dizer que não dispomos de uma interpretação analítica adequada do modo como, neste mundo do último período do século XX, aconteceu ficarmos suspensos na idade da destruição global potencial. Não dispomos dessa interpretação analítica porque a Sociologia não produziu uma abordagem sistemática e adequada do Estado-nação ou da violência militar. Mas não dispomos, igualmente, de uma interpretação política normativa adequada do

que os movimentos pacifistas deveriam realçar e daquilo que, se posso usar esta expressão, poderia ser a estrutura profunda de uma sociedade pacífica. É fácil presumir que a paz pode ser identificada com a não ocorrência de uma guerra nuclear nos próximos dez ou vinte anos. Seria o que eu qualificaria como uma teoria de superfície dos movimentos pacifistas, dificilmente capaz de lidar com a questão de saber o que poderia ser um mundo globalmente pacificado no que respeita ao controlo dos meios de violência.

Para se compreender as dificuldades com que nos defrontamos neste campo, podemos regressar uma vez mais a Marx e localizar esta questão no âmbito da crítica ao materialismo histórico que referi de início. Para Marx, o capitalismo é um fenómeno que, simultaneamente, transforma o mundo moderno e degrada a vida humana. Mas, acrescentou Marx, a história proporciona-nos a resolução deste problema, pois o capitalismo gera a sua própria transformação em socialismo e o socialismo torna possível uma nova sociedade sem classes na qual é possível a transformação da esfera do trabalho. Penso que este raciocínio, apesar de todas as limitações que nele posso discernir, ainda faz algum sentido. Faz algum sentido, na esfera do trabalho, procurar democratizar a produção industrial e desenvolver um qualquer tipo de sistema de envolvimento dos trabalhadores na indústria em que os meios de produção sejam restituídos aos trabalhadores. *Não faz qualquer sentido no caso do armamento.* Não faz qualquer sentido no caso da difusão dos meios de violência no mundo moderno. E o facto de não fazer qualquer sentido revela quão desguarnecidos estamos, sociológica e politicamente, ao confrontarmos esta dimensão da modernidade. Marx, pela sua parte, parecia acreditar, no século XIX, que o problema da violência, o problema que designei por critério da força, o problema do controlo dos meios de violência, podia ser tratado de forma idêntica àquela com que pensava lidar com os problemas da produção industrial e da democracia política. Isto é, parecia acreditar que, através de uma distribuição dos meios de violência aos trabalhadores, seria possível democratizar os meios de violência e portanto limitar o impacto do critério da força. Esta solução parece cómica ou ingénua vista da perspectiva dos finais do século XX. Não faz qualquer sentido, em minha opinião, considerar a distribuição dos meios de violência à população em geral como um meio de lidar com o problema de saber o que poderiam ser os objectivos fundamentais do movimento pacifista. Não faz qualquer sentido falar de uma «devolução» do armamento nuclear à população em geral, para além de um cenário deste tipo estar muito longe do possível ou desejável. Mas tal não faz também qualquer sentido mesmo no caso das armas ligeiras. Quem quer que tenha estado nos EUA sabe que o facto de o controlo do armamento ligeiro estar democratizado não conduz a uma sociedade pacífica. Colocando a questão em termos de actores históricos da mudança, não há qualquer agente na esfera do armamento paralelo ao proletariado no campo do trabalho industrial. Não parece existir qualquer «contra-agente dialético» plausível à progressiva acumulação do poder militar.

Como devemos então enfrentar a questão de saber o que poderia ser, nos finais do século XX, uma teoria política da violência? Esta é uma questão sobre a qual é extremamente difícil pensar, e, em minha opinião, uma das razões porque tal acontece tem a ver precisamente com o núcleo fundamental de toda a minha exposição anterior. Ou seja, as tradições do pensamento em que nós sociólogos estudamos, sejam elas liberais ou socialistas, enfatizam vigorosamente o controlo do bem-estar material e da divisão de classes como principais meios de despojamento do poder e de transformação social. E se no que se refere ao tratamento de questões sobre o poder militar as lacunas deste tipo de abordagem são fundamentais, o mesmo acontece quando se consideram outras dimensões já aqui referidas. Tanto a Sociologia marxista como a não marxista dificilmente podem confrontar adequadamente os movimentos de mulheres, a opressão racial, a violência militar e muitas outras fontes fundamentais de oposição potencial e de transformação no mundo moderno, incluindo o movimento ecológico.

Os modernos movimentos sociais colocam portanto à Sociologia um duplo desafio. Uma das dimensões desse desafio, na qual me concentrei, é analítica, ou seja, é a análise das razões da diversidade de movimentos de oposição na sociedade moderna. Mas a segunda dimensão do desafio que estes movimentos colocam é dirigida ao próprio discurso da Sociologia, já que contribuem com novos conceitos e ideias para a análise de questões que a Sociologia tem por objecto ao estudar esses mesmos movimentos. Posse detectar muito facilmente esses contributos no que se refere ao impacto do feminismo, o qual alterou radicalmente não só o facto de os sociólogos terem durante muito tempo negligenciado a abordagem do género, mas também a forma como este é actualmente analisado. O mesmo é hoje verdade, julgo, acerca dos movimentos ecológicos e pacifistas, como o foi sobre o marxismo no seu tempo. Somos assim contemplados com desafios conceptuais e, simultaneamente, com um repto à nossa capacidade de observação e análise enquanto sociólogos. E este é, penso, um dos desafios com que os sociólogos têm de se defrontar nos finais do século XX.

Não há dúvida que o impacto do feminismo foi bastante fundamental, como o tem sido o do movimento ecológico, mas em minha opinião, a questão crucial a que os sociólogos devem dar muito mais atenção do que o fizeram até ao momento, é a análise das origens do poder militar. Temos de enfrentar claramente a questão de saber se vivemos numa sociedade industrial ou militar-industrial, temos de encarar seriamente a análise do processo de industrialização da guerra e contribuir para, pelo menos, produzir uma teoria da estrutura profunda duma sociedade pacífica. É nossa obrigação contribuir para, pelo menos, começar a equacionar as premissas de uma resposta à questão de saber o que poderá ser uma teoria normativa da violência, o que poderá ser uma sociedade na qual o controlo dos meios da violência seja de algum modo um controlo democrático, não só no plano nacional como também à escala mundial. Esta é uma questão central num

mundo marcado, como nenhum outro no passado, pela dependência do desenvolvimento do poder militar, enquanto aspecto do processo de industrialização em cujo estudo os sociólogos têm estado habitualmente concentrados. É uma questão que nos introduz num novo campo, pois, em meu entender, nem mesmo os membros mais empenhados nos movimentos pacifistas elaboraram uma proposta efectiva e realista do que poderia ser a estrutura profunda duma sociedade pacífica. Penso que este problema constitui um dos desafios centrais enfrentados, nos últimos anos do século XX, pelos sociólogos e cientistas políticos.